PEDRO EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA

POLÍTICAS EDITORIAIS E CENSURA CULTURAL:

COMO OS IMPRESSOS OFICIAIS SILENCIARAM LÍNGUAS, SABERES E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS.

EDIÇÕES INDEPENDENTES

2026

POLÍTICAS EDITORIAIS E CENSURA CULTURAL: COMO OS IMPRESSOS OFICIAIS SILENCIARAM LÍNGUAS, SABERES E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS.

Pedro Eduardo Pires de Oliveira

As políticas editoriais exerceram papel fundamental na constituição das narrativas históricas, culturais e educacionais ao longo da formação dos Estados modernos, sobretudo nos contextos coloniais, nos quais a produção, a circulação e o controle dos impressos foram utilizados como instrumentos de consolidação do poder político, religioso e administrativo. No Brasil, livros, relatórios administrativos, legislações, catecismos, manuais escolares e demais publicações oficiais contribuíram para legitimar projetos de colonização e assimilação cultural, promovendo a invisibilização das línguas, dos saberes, das cosmologias e das histórias dos povos indígenas. Nesse processo, a cultura escrita tornou-se um mecanismo de seleção dos discursos considerados legítimos, enquanto conhecimentos tradicionais foram marginalizados ou reinterpretados sob a perspectiva eurocêntrica, caracterizando práticas de censura cultural e epistemicídio. Este artigo analisa como os impressos oficiais participaram da construção de narrativas coloniais que representaram os povos indígenas como sujeitos a serem civilizados, justificando a ocupação territorial e a imposição de padrões culturais e linguísticos. Fundamenta-se nos pressupostos da História do Livro, da História da Cultura Escrita, da História Cultural e dos estudos decoloniais, articulando contribuições teóricas de Robert Darnton, Roger Chartier, Michel de Certeau e José Luis de Diego com pesquisas recentes sobre políticas linguísticas, preservação das línguas indígenas, soberania documental e memória cultural. O estudo demonstra que os impressos oficiais não apenas registraram a colonização, mas constituíram dispositivos de poder responsáveis pela construção de representações que legitimaram a exclusão cultural e o silenciamento das populações originárias. Conclui-se, contudo, que esse silenciamento nunca foi absoluto, uma vez que a produção editorial indígena contemporânea, a revitalização linguística, as editoras indígenas e as políticas de preservação documental vêm desempenhando papel decisivo na reconstrução da memória histórica, na valorização dos saberes ancestrais e na afirmação da diversidade cultural como princípio fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática e plural.

Palavras-chave: Políticas editoriais; censura cultural; povos indígenas; história do livro.

EDITORIAL POLICIES AND CULTURAL CENSORSHIP: HOW OFFICIAL PUBLICATIONS SILENCED INDIGENOUS LANGUAGES, KNOWLEDGE, AND HISTORIESABSTRACT.

Editorial policies played a fundamental role in shaping historical, cultural, and educational narratives throughout the formation of modern states, particularly in colonial contexts, where the production, circulation, and control of printed materials were used as instruments to consolidate political, religious, and administrative power. In Brazil, books, administrative reports, legislation, catechisms, school manuals, and other official publications helped legitimize projects of colonization and cultural assimilation by promoting the invisibility of Indigenous languages, knowledge systems, cosmologies, and historical experiences. Within this process, written culture became a mechanism for selecting which discourses would be recognized as legitimate, while Indigenous knowledge was marginalized or reinterpreted through a Eurocentric perspective, resulting in practices of cultural censorship and epistemicide. This article examines how official printed materials contributed to the construction of colonial narratives that portrayed Indigenous peoples as subjects to be civilized, thereby justifying territorial occupation and the imposition of cultural and linguistic standards. The study is grounded in the History of the Book, the History of Written Culture, Cultural History, and decolonial studies, bringing together the theoretical contributions of Robert Darnton, Roger Chartier, Michel de Certeau, and José Luis de Diego with recent research on language policies, Indigenous language preservation, documentary sovereignty, and cultural memory. The findings demonstrate that official printed materials did not merely document colonization but functioned as mechanisms of power that legitimized cultural exclusion and the silencing of Indigenous peoples. Nevertheless, the study concludes that such silencing was never absolute, as contemporary Indigenous publishing, language revitalization initiatives, Indigenous publishing houses, and documentary preservation policies have become essential strategies for reconstructing historical memory, valuing ancestral knowledge, and affirming cultural diversity as a fundamental principle for strengthening democratic and plural societies.

Keywords: Editorial policies; cultural censorship; Indigenous peoples; history of the book.

1. INTRODUÇÃO

A história da produção editorial está profundamente vinculada à constituição das relações de poder nas sociedades modernas. Desde o advento da imprensa de tipos móveis, os impressos passaram a exercer papel estratégico na organização dos sistemas políticos, religiosos e educacionais, tornando-se instrumentos capazes de legitimar determinadas narrativas históricas enquanto excluíam outras formas de conhecimento. Compreender a história do livro significa compreender também as formas pelas quais o poder seleciona, organiza, difunde e controla a circulação das ideias. Conforme observa Darnton (1990), a história dos livros ultrapassa os limites da materialidade editorial e revela as estruturas sociais, culturais e políticas responsáveis pela produção dos sentidos históricos.

A produção editorial jamais pode ser compreendida como atividade neutra. Os livros, jornais, catecismos, manuais escolares, relatórios administrativos e documentos oficiais constituíram instrumentos fundamentais para a consolidação dos projetos coloniais europeus na América. Como destaca Chartier (2009), toda prática de leitura está inserida em relações de poder que definem quais textos devem circular, quais leitores são legitimados e quais discursos permanecem invisíveis. A cultura escrita converte-se em espaço privilegiado de disputas simbólicas, no qual diferentes grupos sociais buscam afirmar suas interpretações acerca do mundo.

A colonização portuguesa no território brasileiro foi acompanhada pela construção de um sistema editorial fortemente vinculado aos interesses da Coroa e da Igreja Católica. A circulação dos impressos era rigidamente controlada por mecanismos institucionais que autorizavam determinadas publicações enquanto impediam a difusão de conteúdos considerados incompatíveis com os projetos políticos e religiosos do período. Febvre et al. (2017) demonstram que a história do livro revela como a imprensa foi incorporada aos sistemas de controle estatal, tornando-se um dos principais meios de organização ideológica das sociedades europeias e de seus territórios coloniais.

No contexto da colonização, os povos indígenas foram particularmente afetados por essas políticas editoriais. A produção documental oficial privilegiou narrativas construídas sob perspectivas eurocêntricas, frequentemente representando as populações originárias como obstáculos ao progresso, sujeitos incapazes de produzir conhecimento ou grupos destinados à assimilação cultural. Essa representação foi reforçada por legislações, catecismos, livros escolares e documentos administrativos que reduziram a complexidade das culturas indígenas a categorias coloniais. Segundo Certeau (1994), toda escrita histórica resulta de operações sociais que selecionam memórias e silenciam outras, produzindo uma narrativa oficial frequentemente dissociada das experiências dos grupos subalternizados.

O silenciamento não ocorreu apenas sobre os acontecimentos históricos, mas também sobre as línguas indígenas, seus sistemas de transmissão de conhecimentos, suas cosmologias e formas próprias de organização social. As políticas linguísticas implementadas desde o período colonial favoreceram a imposição da língua portuguesa como instrumento de integração forçada, contribuindo para o desaparecimento de inúmeras línguas originárias. Maher (2022) destaca que esse processo comprometeu não apenas a diversidade linguística brasileira, mas também a preservação de patrimônios culturais imateriais construídos ao longo de séculos pelos diferentes povos indígenas.

A censura cultural promovida pelos impressos oficiais pode ser compreendida como parte de um fenômeno mais amplo de colonialidade do saber. Ao estabelecer quais conhecimentos seriam registrados, publicados e difundidos, as instituições coloniais produziram mecanismos permanentes de exclusão epistemológica. Rosário et al. (2025) afirmam que a marginalização das línguas indígenas representa uma das expressões mais evidentes do epistemicídio colonial, na medida em que compromete a transmissão intergeracional de conhecimentos tradicionais, práticas culturais e formas próprias de interpretação do mundo.

Sob essa perspectiva, a história editorial deixa de ser apenas a história da produção material dos livros para tornar-se a história das disputas pelo controle da memória coletiva. Diego (2020) observa que os processos editoriais sempre estiveram relacionados às redes intelectuais responsáveis por legitimar determinados discursos e marginalizar outros. Compreender as políticas editoriais significa investigar também as estruturas institucionais que determinaram quais narrativas seriam preservadas como patrimônio cultural e quais seriam relegadas ao esquecimento.

O processo de silenciamento nunca ocorreu de forma absoluta. Nas últimas décadas, observa-se um crescimento significativo da produção editorial indígena, da publicação de obras em línguas originárias e da criação de editoras comprometidas com a valorização das culturas indígenas. Souza et al. (2020) demonstram que a apropriação da escrita pelos povos indígenas constitui importante estratégia de fortalecimento identitário, permitindo que esses grupos assumam o protagonismo na produção de suas próprias narrativas históricas.

A Década Internacional das Línguas Indígenas, promovida pela Organização das Nações Unidas, fortaleceu iniciativas voltadas à preservação linguística, à documentação de saberes tradicionais e à ampliação da produção editorial indígena. Kuzmin (2020) argumenta que políticas públicas voltadas à preservação das línguas indígenas constituem elemento essencial para garantir a diversidade cultural e o fortalecimento dos direitos linguísticos das populações originárias.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar como as políticas editoriais oficiais contribuíram para o silenciamento das línguas, dos saberes e das histórias dos povos indígenas, evidenciando que os impressos oficiais atuaram como importantes instrumentos de censura cultural durante os processos coloniais e pós-coloniais. Parte-se da compreensão de que a cultura escrita e os dispositivos editoriais não são neutros, mas integram disputas de poder que definem quais discursos circulam e quais são marginalizados, conforme discutido por Certeau (1994) ao tratar das estratégias de controle e das práticas de apropriação no cotidiano. A produção de materiais impressos participa da constituição de regimes de visibilidade e invisibilidade cultural, em que determinadas narrativas são institucionalizadas enquanto outras são silenciadas, como evidenciam as análises de Chartier (2009) sobre as relações entre cultura escrita e organização social.

O estudo fundamenta-se nos pressupostos da História do Livro e da História da Cultura Escrita, compreendendo os impressos como artefatos culturais inseridos em redes de produção, circulação e leitura, conforme Chartier (2009) e Darnton (1987; 1990). Nessa perspectiva, livros, manuais escolares e documentos oficiais são entendidos como elementos ativos na formação do saber escolar e na construção de representações sociais, conforme demonstrado por Bittencourt (2008a; 2008b). O livro didático e os impressos oficiais desempenham papel central na organização do conhecimento escolar e na legitimação de determinadas versões da história, contribuindo para a naturalização de hierarquias culturais e epistemológicas. Essa dinâmica também se relaciona com as redes intelectuais e editoriais que estruturam a circulação do impresso.

Sob a perspectiva da História Cultural, busca-se compreender que o silenciamento das populações indígenas não se deu apenas por violência direta, mas também por processos de seleção cultural e construção de narrativas dominantes. Davis (1990) evidencia que a cultura popular e os grupos subalternizados frequentemente são reinterpretados por estruturas letradas dominantes, que reorganizam seus sentidos. Nesse contexto, os impressos oficiais contribuem para a construção de memórias seletivas e para a formação de interpretações hegemônicas da sociedade. Chartier (2009) reforça que as práticas de leitura e escrita são atravessadas por disputas de sentido, nas quais diferentes grupos sociais ocupam posições desiguais de poder simbólico.

A produção editorial esteve historicamente vinculada às estratégias institucionais de organização do saber escolar e da formação cidadã, como demonstra Bittencourt (2008a). O livro didático, nesse contexto, não apenas transmite conteúdos, mas também estabelece normas de interpretação da realidade social, contribuindo para a construção de identidades nacionais e para a definição de padrões culturais legitimados pela escola. Darnton (1987) destaca que os circuitos do livro envolvem diferentes agentes e mediações que influenciam diretamente o

conteúdo e sua recepção. Os impressos oficiais e escolares funcionam como instrumentos de ordenamento simbólico da sociedade, reforçando determinadas visões de mundo e marginalizando outras formas de conhecimento.

O estudo procura evidenciar que o silenciamento das línguas e saberes indígenas não foi absoluto. Pesquisas contemporâneas mostram que há persistência e reinvenção das práticas linguísticas e culturais indígenas diante dos processos históricos de apagamento, conforme Maher (2022) e Oliveira e Nazareno (2025). Esses autores destacam a resistência linguística e as políticas de cooficialização como estratégias de enfrentamento do preconceito linguístico e da colonialidade do saber. Além disso, Rosário e Godoy (2025) e Souza e Nazareno (2020) evidenciam que a escrita indígena contemporânea e as experiências com a alfabetização são formas de apropriação crítica da cultura escrita, sem ruptura com a oralidade e os modos próprios de transmissão do conhecimento.

Defende-se que a reconstrução da memória editorial indígena deve ser compreendida como um processo de revisão crítica das formas de produção do conhecimento, considerando as relações entre livro, leitura e poder, conforme Bittencourt (2008a; 2008b) e Febvre e Martin (2017). Essa perspectiva permite compreender que a cultura escrita não é apenas um meio de registro, mas um campo de disputa histórica e social. El Far (2004) e Diego (2020) demonstram que os circuitos editoriais são atravessados por interesses econômicos, culturais e políticos que influenciam a circulação das ideias. Assim, ao ampliar a presença de narrativas indígenas e reconhecer suas formas próprias de produção de conhecimento, torna-se possível construir uma historiografia mais plural, crítica e comprometida com a diversidade cultural e linguística.

2. DESENVOLVIMENTO

A história do livro constitui um campo de investigação que ultrapassa a análise da materialidade das obras impressas, abrangendo os processos históricos, sociais, políticos e culturais que influenciam sua produção, circulação, leitura e recepção. Nessa perspectiva, os impressos deixam de ser compreendidos apenas como suportes de informação para serem reconhecidos como artefatos culturais que refletem interesses, disputas e relações de poder presentes em diferentes contextos históricos.

Como observa Darnton (1990),

> "Não há dúvida de que o nível mais alto das ideias atrairá os estudiosos (...). Os historiadores tiveram de ofertar uma boa carga de história da filosofia e história da literatura (...). Ao invés de investigarem esses campos vizinhos como pessoas de fora, eles têm tentado entendê-los." (Darnton, 1990, p. 188).

Os impressos assumem importante papel como fontes históricas, pois registram não apenas ideias e acontecimentos, mas também os mecanismos que regulam a produção e a

difusão do conhecimento. A seleção das obras publicadas, a definição dos públicos leitores e os processos de autorização, censura e circulação editorial revelam estratégias institucionais voltadas à legitimação de determinados discursos em detrimento de outros. A história editorial permite compreender como diferentes agentes, entre eles o Estado, as instituições religiosas, as editoras e os grupos intelectuais, participaram da construção de narrativas oficiais, influenciando a formação das memórias coletivas e das identidades sociais.

A história editorial ultrapassa o campo estritamente bibliográfico e consolida-se como importante instrumento de análise das relações entre cultura escrita, poder e sociedade. Investigar os livros e demais impressos significa compreender os processos pelos quais determinados conhecimentos foram preservados, difundidos ou silenciados ao longo do tempo, evidenciando que a circulação das ideias nunca ocorreu de maneira neutra. O estudo da cultura impressa possibilita identificar como os discursos oficialmente legitimados contribuíram para a construção das representações históricas, tornando-se elemento essencial para compreender as disputas pela memória, pela produção do conhecimento e pela representação dos diferentes grupos sociais.

2.1. AS POLÍTICAS EDITORIAIS COMO INSTRUMENTOS DE PODER E CONTROLE CULTURAL

A história das políticas editoriais demonstra que a circulação do conhecimento jamais ocorreu de maneira espontânea ou neutra. Desde a consolidação dos Estados modernos, a produção dos impressos esteve vinculada às estruturas políticas responsáveis por definir quais discursos deveriam alcançar legitimidade pública e quais deveriam permanecer invisibilizados. Nesse processo, livros, catecismos, legislações, relatórios administrativos e documentos escolares converteram-se em instrumentos fundamentais para a consolidação das identidades nacionais e para a manutenção das estruturas de poder. Darnton (1990) afirma que compreender a história dos livros significa investigar os circuitos sociais da comunicação, evidenciando que cada obra publicada resulta de escolhas políticas, econômicas e culturais realizadas por diferentes agentes envolvidos na cadeia editorial.

A atuação conjunta do Estado e das instituições religiosas consolidou um sistema de controle sobre a produção escrita que marcou profundamente a formação das sociedades coloniais. Durante séculos, a autorização para impressão dependia de mecanismos de censura prévia destinados a impedir a circulação de conteúdos considerados incompatíveis com os interesses políticos e religiosos vigentes. Chartier (2009) observa que os textos nunca possuem significados independentes de seus contextos de produção, pois sua circulação está diretamente condicionada pelas instituições que regulam as práticas de leitura e escrita. A política editorial transforma-se em mecanismo de ordenação simbólica da sociedade, estabelecendo quais

narrativas serão preservadas como verdade histórica e quais permanecerão excluídas da memória oficial.

O monopólio editorial exercido pelos órgãos oficiais também contribuiu para a construção de uma cultura escrita orientada pela centralização das informações. Durante o período colonial, a ausência de liberdade editorial permitiu que apenas determinados discursos fossem registrados e difundidos, reforçando interpretações favoráveis aos projetos de expansão territorial, evangelização e administração colonial. Conforme destacam Febvre et al. (2017), o desenvolvimento da imprensa esteve profundamente associado à constituição dos Estados modernos, tornando-se um dos principais instrumentos utilizados para uniformizar práticas culturais, fortalecer autoridades políticas e consolidar modelos oficiais de conhecimento.

Sob a perspectiva das relações entre saber e poder, Michel Foucault demonstra que nenhum conhecimento é produzido fora das estruturas institucionais responsáveis por legitimá-lo. Embora não trate especificamente da história editorial, sua concepção de poder evidencia que os discursos oficialmente reconhecidos constituem dispositivos de organização social capazes de definir aquilo que pode ser considerado verdadeiro em determinado contexto histórico. Aplicada ao campo editorial, essa compreensão permite identificar os impressos oficiais como tecnologias de poder voltadas não apenas para informar, mas sobretudo para produzir sujeitos, disciplinar comportamentos e naturalizar determinadas formas de organização política e cultural. Conforme enfatizam Febvre et al. (2017), a censura não se manifesta apenas pela proibição explícita de determinadas obras, mas também pela seleção daquilo que merece ser publicado, preservado e difundido.

José Luis de Diego (2020) amplia essa reflexão ao afirmar que a história editorial deve ser compreendida como parte das redes intelectuais responsáveis pela circulação do conhecimento na América Latina. Para o autor, editores, instituições, governos e agentes culturais participam ativamente da construção dos cânones bibliográficos que estruturam a memória coletiva das sociedades. As políticas editoriais não representam simples decisões administrativas relacionadas à publicação de livros, mas constituem estratégias de poder que influenciam diretamente a formação das identidades nacionais, a preservação da memória histórica e a legitimação dos saberes socialmente reconhecidos. Compreender os impressos oficiais significa reconhecer que eles participaram ativamente da construção das narrativas coloniais que, durante séculos, silenciaram as línguas, os conhecimentos e as histórias dos povos indígenas, contribuindo para a consolidação de um projeto cultural marcado pela exclusão e pela hierarquização dos saberes.

2.2. O SILENCIAMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NOS IMPRESSOS OFICIAIS

As políticas linguísticas implementadas durante o período colonial constituíram um dos principais mecanismos de consolidação do domínio político e cultural exercido pela Coroa portuguesa sobre os povos indígenas. A imposição da língua portuguesa não representou apenas uma estratégia administrativa voltada à unificação territorial, mas integrou um projeto mais amplo de assimilação cultural que buscava redefinir as formas de comunicação, de organização social e de transmissão dos conhecimentos tradicionais. A figura 1 destaca que a circulação dos impressos oficiais desempenhou papel decisivo ao privilegiar exclusivamente a língua do colonizador como veículo legítimo da escrita, da administração e da educação. Conforme observa Maher (2022), as políticas linguísticas brasileiras foram historicamente orientadas por práticas de invisibilização das línguas indígenas, comprometendo não apenas sua sobrevivência, mas também a preservação dos sistemas culturais nelas incorporados.

Fonte: elaboração própria (2026), com uso de IA generativa.

Um dos marcos mais significativos desse processo foi o *Diretório dos Índios***,** instituído em 1757 durante as reformas pombalinas. O documento estabeleceu profundas alterações na administração das aldeias indígenas, determinando a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e restringindo o emprego da chamada Língua Geral Amazônica, que até

então desempenhava importante função como língua franca entre diferentes povos indígenas e missionários. Essa medida ultrapassou os limites da organização administrativa, produzindo efeitos diretos sobre a identidade cultural das populações originárias. Ao restringir o uso das línguas indígenas nos espaços institucionais, o Estado colonial promoveu um processo sistemático de substituição linguística, transformando o idioma em instrumento de integração forçada e de disciplinamento social.

A substituição das línguas indígenas pela língua portuguesa produziu consequências que extrapolaram a dimensão comunicativa. Grande parte dos conhecimentos tradicionais era transmitida por meio da oralidade, envolvendo narrativas cosmológicas, práticas medicinais, técnicas agrícolas, conhecimentos ambientais, sistemas jurídicos próprios e formas específicas de organização comunitária. Quando uma língua deixa de ser utilizada, não desaparecem apenas palavras ou estruturas gramaticais; perde-se também um complexo patrimônio cultural construído ao longo de séculos. Rosário et al. (2025) afirmam que esse fenômeno pode ser compreendido como uma forma de epistemicídio linguístico, na medida em que a marginalização das línguas indígenas compromete diretamente a continuidade de saberes ancestrais e das formas próprias de produção do conhecimento.

Os impressos oficiais exerceram papel estratégico nesse processo de apagamento. Livros escolares, catecismos, regulamentos administrativos, relatórios governamentais e demais publicações produzidas pelas instituições coloniais passaram a difundir exclusivamente a língua portuguesa como expressão da civilização, do progresso e da racionalidade. As línguas indígenas deixaram de ocupar espaços de legitimidade na cultura escrita, permanecendo restritas aos ambientes familiares e comunitários, frequentemente associadas à ideia de atraso ou incapacidade civilizatória. Essa exclusão editorial contribuiu para a formação de uma memória histórica que naturalizou a superioridade da língua do colonizador, ocultando a extraordinária diversidade linguística existente no território brasileiro antes da colonização. Conforme destaca Kuzmin (2020), políticas de preservação linguística somente se tornam efetivas quando reconhecem que cada idioma representa um patrimônio cultural insubstituível e um sistema singular de organização do conhecimento humano.

Nas últimas décadas, entretanto, observa-se um movimento crescente de valorização das línguas indígenas por meio da produção editorial realizada pelos próprios povos originários. A publicação de livros bilíngues, dicionários, coletâneas de narrativas tradicionais, materiais didáticos e registros escritos de tradições orais representa importante estratégia de fortalecimento cultural e de reconstrução da memória linguística historicamente silenciada. Souza et al. (2020) demonstram que a apropriação da escrita pelos povos indígenas não constitui abandono da tradição oral, mas um processo de ampliação das formas de preservação cultural e de afirmação identitária. Sob essa perspectiva, a produção editorial contemporânea

deixa de representar apenas um espaço de circulação de livros para tornar-se instrumento de resistência política, revitalização linguística e reconstrução das narrativas historicamente excluídas dos impressos oficiais.

2.3. A CENSURA DOS SABERES INDÍGENAS NA CULTURA IMPRESSA

A censura cultural promovida pelos impressos oficiais não se limitou à exclusão das línguas indígenas, alcançando igualmente os sistemas de conhecimentos produzidos pelos povos originários ao longo de séculos de interação com seus territórios. A produção editorial vinculada ao Estado e às instituições religiosas privilegiou a difusão de referenciais europeus, enquanto reduzia ou desqualificava os conhecimentos indígenas, frequentemente classificados como práticas supersticiosas, primitivas ou incompatíveis com os modelos científicos e religiosos da colonização. A figura 2 destaca que esse processo contribuiu para consolidar uma hierarquia epistemológica na qual apenas os saberes reconhecidos pelas instituições coloniais eram considerados legítimos. Segundo Chartier (2009), a cultura escrita participa da construção das representações sociais ao selecionar quais discursos serão preservados e quais permanecerão excluídos da memória histórica.

A CENSURA DOS SABERES INDÍGENAS NA CULTURA IMPRESSA
A censura cultural promovida pelos impressos oficiais excluiu os sistemas de conhecimentos indígenas, privilegiando referenciais europeus e consolidando uma hierarquia epistemológica.
OS SABERES ANCESTRAIS
(Aconhecimento Excluído)
COSMOLOGIA E ASTRONOMIA
SISTEMA DE CONHECIMENTO LOCAL
MEDICINA NATURAL
PLANTAS MEDICINAIS E CURAS TRADICIONAIS
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
MANEJO DO TERRITÓRIO
ROTULADOS COMO "SUPERSTICIOSOS", "PRIMITIVOS" OU "INCOMPATÍVEIS"
A HIERARQUIA EPISTEMOLÓGICA
CONHECIMENTO COLONIAL - PRIVILEGIADO
SABERES ORIGINÁRIOS - EXCLUÍDOS
CONSIDERADOS "CIENTÍFICOS", "RELIGIOSOS" E "UNIVERSAIS"
A CULTURA IMPRESSA OFICIAL
(A Memória Histórica)
PRODUÇÃO EDITORIAL COLONIAL
PRENSA OFICIAL
2. DIFUSÃO DE REFERENCIAIS EUROPEUS
2. DIFUSÃO DE REFERENCIAIS EUROPEUS
ÚNICO SABER LEGÍTIMO
Segundo Chartier (2009): "A cultura escrita participa da construção das representações sociais, selecionando quais discursos serão preservados e quais permanecerão excluídos da memória histórica."

Fonte: elaboração própria (2026), com uso de IA generativa.

Entre os conhecimentos mais afetados por esse processo encontram-se as cosmologias indígenas, responsáveis por organizar as relações entre natureza, espiritualidade, ancestralidade e coletividade. Diferentemente da racionalidade ocidental, essas cosmologias estruturam formas próprias de compreender o mundo, nas quais os seres humanos mantêm relações de reciprocidade com os demais elementos da natureza. Entretanto, grande parte dos impressos produzidos durante o período colonial interpretou essas concepções sob perspectivas religiosas europeias, classificando-as como idolatria, paganismo ou manifestações incompatíveis com a doutrina cristã. Certeau (1994) observa que toda escrita histórica resulta de operações culturais que selecionam determinados acontecimentos enquanto silenciam outros, produzindo narrativas que refletem os interesses das instituições responsáveis por sua elaboração. A cultura impressa colonial contribuiu para invisibilizar sistemas filosóficos indígenas que possuíam elevada complexidade intelectual e profundo enraizamento histórico.

A censura também incidiu sobre os conhecimentos tradicionais relacionados à medicina e ao manejo ambiental. Durante séculos, diferentes povos indígenas desenvolveram sofisticados sistemas de identificação de espécies vegetais, técnicas de cultivo, práticas terapêuticas e formas sustentáveis de utilização dos recursos naturais. Esses conhecimentos resultavam da observação contínua dos ecossistemas e constituíam patrimônio coletivo transmitido entre gerações por meio da oralidade. Contudo, os impressos oficiais raramente reconheceram esse acervo intelectual como conhecimento científico, tratando-o frequentemente como crença popular ou prática empírica desprovida de fundamento racional. Rosário et al. (2025) afirmam que a desqualificação sistemática dos saberes indígenas integra o fenômeno do epistemicídio, entendido como a destruição ou marginalização de formas alternativas de produção do conhecimento em benefício de uma única matriz epistemológica considerada universal.

Muito antes da chegada dos colonizadores, diferentes povos possuíam sistemas sofisticados de orientação espacial, identificação de recursos naturais, rotas de deslocamento e delimitação simbólica de seus territórios. Todavia, as representações cartográficas produzidas pelos órgãos oficiais privilegiaram exclusivamente os interesses administrativos e econômicos da colonização, ignorando as territorialidades indígenas e legitimando processos de ocupação, exploração e expropriação das terras originárias. Conforme destaca Diego (2020), as políticas editoriais participam diretamente da construção das memórias coletivas ao selecionar quais registros documentais serão preservados como fontes legítimas da história. A ausência das cartografias indígenas nos impressos oficiais não representa mera omissão documental, mas constitui expressão concreta das relações de poder que orientaram a produção editorial colonial.

Nas últimas décadas, observa-se um movimento de reconstrução desses saberes por meio da produção editorial indígena e da valorização das epistemologias tradicionais. Livros

produzidos por autores indígenas, registros escritos de narrativas orais, materiais didáticos interculturais e publicações bilíngues vêm contribuindo para ampliar a visibilidade de conhecimentos historicamente marginalizados. Essas iniciativas demonstram que a escrita contemporânea não substitui a oralidade, mas amplia suas possibilidades de preservação e circulação, fortalecendo a autonomia intelectual dos povos indígenas. Conforme assinala Souza et al. (2020), a apropriação dos meios editoriais pelos próprios povos originários representa importante estratégia de resistência cultural, permitindo que suas histórias, cosmologias, práticas ambientais e conhecimentos ancestrais sejam registrados sob suas próprias perspectivas. A produção editorial contemporânea assume papel fundamental na superação das formas históricas de censura cultural que caracterizaram os impressos oficiais durante grande parte da formação do Estado brasileiro.

Os impressos oficiais desempenharam papel central na consolidação do imaginário colonial acerca dos povos indígenas, atuando como instrumentos de produção e difusão de representações que legitimaram a expansão territorial portuguesa e a imposição de um projeto civilizatório eurocêntrico. Livros didáticos, relatórios administrativos, cartas régias, catecismos, documentos legislativos e demais publicações oficiais produziram discursos que não apenas descreviam os povos originários, mas os interpretavam segundo os interesses políticos, econômicos e religiosos da colonização. Como afirma Darnton (1990), a circulação dos impressos deve ser compreendida como parte dos processos históricos de construção do poder, pois a produção editorial nunca esteve desvinculada das disputas pela definição da verdade histórica. Os documentos oficiais constituíram mecanismos de legitimação de determinadas narrativas, ao mesmo tempo em que silenciaram outras experiências históricas.

Entre as imagens mais recorrentes difundidas pelos impressos coloniais destaca-se a representação do indígena como "selvagem", conceito construído a partir de referenciais culturais europeus que classificavam como inferiores todas as formas de organização social distintas daquelas reconhecidas pela tradição ocidental. Essa categorização não possuía caráter meramente descritivo, mas desempenhava importante função política ao justificar a necessidade da catequese, da tutela e da submissão das populações indígenas ao domínio colonial. Conforme observa Chartier (2009), os textos participam ativamente da produção das representações sociais, influenciando as formas pelas quais determinados grupos passam a ser percebidos pela coletividade. A repetição dessas imagens nos impressos oficiais contribuiu para naturalizar estereótipos que permaneceram presentes durante séculos na historiografia, na educação e na cultura brasileira.

A expansão da agricultura, da mineração e, posteriormente, das atividades extrativistas passou a ser apresentada como expressão da civilização, enquanto a presença dos povos originários era frequentemente associada ao atraso e à improdutividade. Essa narrativa

legitimou sucessivas políticas de deslocamento forçado, expropriação territorial e assimilação cultural, permitindo que a ocupação colonial fosse apresentada como processo natural e necessário ao desenvolvimento da colônia. Bittencourt (2008) demonstra que os livros escolares e demais materiais didáticos participaram ativamente da consolidação dessa memória histórica, reproduzindo interpretações que privilegiavam a perspectiva dos agentes colonizadores e marginalizavam as experiências dos povos indígenas.

A representação do indígena como sujeito a ser civilizado constituiu outro eixo estruturante das políticas editoriais coloniais. Os catecismos, regulamentos administrativos e manuais destinados às missões religiosas difundiam a ideia de que os povos indígenas deveriam abandonar suas línguas, práticas culturais, espiritualidades e formas próprias de organização social para incorporar os valores considerados civilizados pela cultura europeia. Essa concepção produziu efeitos que ultrapassaram o período colonial, influenciando políticas públicas e práticas educacionais durante grande parte da história brasileira. Certeau (1994) argumenta que toda escrita histórica corresponde a uma operação de seleção e organização da memória, na qual determinados sujeitos são autorizados a narrar os acontecimentos enquanto outros permanecem excluídos da construção do conhecimento histórico. Os impressos oficiais contribuíram para consolidar uma memória nacional centrada na perspectiva colonial, relegando os povos indígenas à condição de objetos da história, e não de seus protagonistas.

A produção editorial oficial não conseguiu eliminar completamente as formas de resistência indígena. Embora muitas dessas experiências tenham permanecido ausentes dos documentos estatais, diferentes povos preservaram suas narrativas por meio da oralidade, dos rituais, das práticas comunitárias e da transmissão intergeracional de seus conhecimentos. A invisibilização dessas resistências nos impressos oficiais constitui uma estratégia de poder destinada a fortalecer a legitimidade da colonização e a ocultar os inúmeros processos de enfrentamento protagonizados pelos povos originários. Conforme observa Diego (2020), a história editorial revela não apenas aquilo que foi publicado, mas também aquilo que permaneceu ausente das redes de circulação do conhecimento. Compreender os impressos oficiais implica reconhecer que o silêncio documental também constitui uma forma de discurso, produzindo ausências que influenciam profundamente a memória histórica das sociedades.

2.4. A RESISTÊNCIA INDÍGENA E A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EDITORIAL

Embora as políticas editoriais coloniais tenham contribuído para o silenciamento das línguas, dos saberes e das histórias indígenas, esse processo jamais conseguiu eliminar completamente as formas de resistência desenvolvidas pelos povos originários. A permanência das tradições orais, das práticas culturais, das cosmologias e dos sistemas próprios de

transmissão do conhecimento demonstra que a memória indígena continuou sendo preservada mesmo diante dos mecanismos institucionais de censura cultural. Nas últimas décadas, observa-se um movimento significativo de reconstrução dessa memória por meio da ampliação da produção editorial indígena, da valorização das narrativas ancestrais e do fortalecimento da autoria indígena nos espaços acadêmicos, educacionais e literários. A figura 3 destaque que conforme destaca Souza et al. (2020), a escrita passou a ser apropriada pelos povos indígenas como instrumento de fortalecimento identitário, sem substituir a oralidade, mas ampliando suas possibilidades de preservação e difusão.

A RESISTÊNCIA INDÍGENA E A RECONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA EDITORIAL
MANUTENÇÃO DAS TRADIÇÕES ORAIS E COSMOLOGIAS. TRANSMISSÃO DE SABERES.
VALORIZAÇÃO DAS NARRATIVAS ANCESTRAIS. FORTALECIMENTO DA AUTORIA INDÍGENA.
RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA
PRÁTICAS CULTURAIS VIVAS E SISTEMAS PRÓPRIOS DE CONHECIMENTO. RESISTÊNCIA AO SILENCIAMENTO.
PRODUÇÃO EDITORIAL INDÍGENA
RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO
AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO EDITORIAL. LIVROS EM LÍNGUAS NATIVAS.
POLÍTICA EDITORIAL COLONIAL (CENSURA)
MECANISMOS COLONIAIS FALHARAM EM EM ELIMINAR A MEMÓRIA.
APROPRIAÇÃO DA ESCRITA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO. PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO (SOUZA ET AL., 2020).

Fonte: elaboração própria (2026), com uso de IA generativa.

A literatura indígena contemporânea representa uma das mais importantes expressões desse processo de reconstrução editorial. Escritores indígenas passaram a ocupar espaços historicamente restritos às narrativas produzidas por autores não indígenas, oferecendo interpretações construídas a partir de suas próprias experiências culturais e de seus referenciais epistemológicos. Essa produção rompe com a tradição colonial que tratava os povos indígenas exclusivamente como objetos de estudo, conferindo-lhes o papel de sujeitos produtores de conhecimento. A publicação de autobiografias, narrativas tradicionais, ensaios, literatura infantojuvenil e obras acadêmicas amplia significativamente a diversidade de perspectivas

presentes no campo editorial brasileiro, contribuindo para a revisão crítica das narrativas históricas consolidadas ao longo dos séculos.

Paralelamente ao crescimento da literatura indígena, observa-se o fortalecimento de editoras comprometidas com a valorização das culturas originárias e com a publicação de obras produzidas por autores indígenas. Essas iniciativas ampliam a circulação de conhecimentos historicamente marginalizados, promovendo maior autonomia editorial e reduzindo a dependência das estruturas tradicionais do mercado do livro. Diego (2020) destaca que as redes editoriais exercem papel decisivo na legitimação dos discursos sociais, razão pela qual a ampliação da presença indígena no campo editorial representa importante transformação na configuração das relações de poder que historicamente caracterizaram a produção dos impressos oficiais. O fortalecimento dessas editoras contribui para democratizar os processos de publicação e ampliar a pluralidade das vozes presentes na cultura escrita brasileira.

A produção de dicionários, gramáticas, materiais didáticos bilíngues, registros audiovisuais e livros em línguas indígenas constitui importante estratégia para a preservação de patrimônios linguísticos ameaçados pelo processo histórico de assimilação cultural. Maher (2022) ressalta que a valorização das línguas indígenas representa elemento essencial para a preservação da diversidade cultural brasileira, uma vez que cada idioma incorpora formas específicas de interpretar o mundo, organizar o pensamento e transmitir conhecimentos ancestrais. A produção editorial contemporânea assume papel estratégico na recuperação de patrimônios imateriais historicamente invisibilizados.

A reconstrução da memória editorial indígena também depende do fortalecimento das políticas públicas voltadas à preservação documental e ao reconhecimento da diversidade cultural brasileira. A digitalização de acervos históricos, a criação de arquivos especializados, o incentivo à publicação de autores indígenas, o financiamento de projetos editoriais interculturais e a implementação de políticas linguísticas inclusivas constituem medidas fundamentais para superar os efeitos do silenciamento promovido pelos impressos oficiais ao longo da história. Cushman (2026) destaca que a soberania dos dados e dos registros documentais indígenas representa condição indispensável para garantir que os próprios povos originários assumam o protagonismo na gestão de seus conhecimentos e de sua memória histórica. A reconstrução editorial contemporânea não representa apenas uma revisão historiográfica, mas constitui um movimento de justiça histórica, reconhecimento cultural e fortalecimento da democracia, permitindo que as narrativas indígenas ocupem, finalmente, o espaço que lhes foi sistematicamente negado pelas políticas editoriais coloniais.

2.5. POLÍTICAS EDITORIAIS E CENSURA CULTURAL

As políticas editoriais, sobretudo nos contextos colonial e pós-colonial, podem ser compreendidas como mecanismos institucionais que organizam e regulam a produção do conhecimento, definindo quais discursos ganham visibilidade e quais são silenciados. Nesse processo, a escrita não funciona apenas como registro, mas como prática de poder, já que, segundo Certeau (1994), as instituições que controlam a produção textual também controlam as formas de enunciação e circulação dos discursos sociais. Os impressos oficiais não apenas informam, mas estruturam o campo do dizível e do indizível dentro da sociedade.

A cultura escrita, ao ser institucionalizada por políticas editoriais, torna-se um espaço de disputas simbólicas no qual diferentes grupos lutam pela legitimidade de suas narrativas. Essa dinâmica é evidenciada por Chartier (2009), que destaca que os textos não possuem significados fixos, mas são produzidos na relação entre práticas sociais, instituições e leitores. Assim, as políticas editoriais operam como filtros que selecionam determinadas versões da realidade e excluem outras, especialmente aquelas vinculadas a grupos historicamente marginalizados.

No circuito do livro e da produção impressa, Darnton (1987; 1990) demonstra que há uma rede complexa de agentes envolvidos, como autores, editores e instituições políticas, todos inseridos em relações de poder que condicionam a circulação das ideias. A censura cultural não se limita à proibição explícita de conteúdos, mas se manifesta também na seleção editorial e na organização dos discursos considerados legítimos.

Ao analisar o papel do livro didático na formação do saber escolar, Bittencourt (2008a; 2008b) evidencia que esses materiais não apenas transmitem conteúdos, mas também constroem interpretações da realidade social, influenciando a formação da consciência histórica. As políticas editoriais têm impacto direto na construção da memória coletiva, ao determinar quais narrativas são ensinadas e quais são apagadas.

Essa estrutura de seleção e exclusão no campo editorial não pode ser compreendida apenas como resultado de escolhas pontuais de autores ou editores, mas como parte de um sistema historicamente organizado que regula a produção, circulação e recepção dos impressos. A análise de Alessandra El Far (2004) permite compreender que o mercado editorial brasileiro se constituiu em estreita articulação com projetos políticos e educacionais, nos quais o livro e os impressos desempenharam funções estratégicas na formação social. A definição do que é publicado envolve critérios que vão além do interesse cultural, incorporando também demandas institucionais e ideológicas.

Ao observar o funcionamento desse sistema, percebe-se que a circulação dos impressos não ocorre de forma neutra ou igualitária, mas é atravessada por mecanismos de

filtragem que determinam quais discursos alcançam maior visibilidade social. Esses mecanismos incluem desde políticas editoriais até práticas de distribuição e validação institucional, o que reforça a ideia de que o livro, longe de ser um objeto neutro, participa ativamente da organização do conhecimento social. Determinados grupos têm maior acesso aos meios de produção e difusão de suas narrativas, enquanto outros permanecem marginalizados.

Essa dinâmica se torna ainda mais evidente quando se considera que a produção editorial está diretamente relacionada à construção de projetos de nação e de identidade cultural. Conforme aponta El Far (2004), o desenvolvimento do mercado editorial no Brasil esteve historicamente vinculado a iniciativas que buscavam formar cidadãos segundo determinados padrões culturais e educacionais. Isso significa que os impressos não apenas circulam ideias, mas também contribuem para moldar comportamentos, valores e interpretações da realidade social.

A censura cultural pode ser compreendida de forma mais ampla, não apenas como a proibição explícita de conteúdos, mas como um processo estrutural de organização do sistema editorial. Esse processo opera de maneira sutil, por meio da seleção do que é considerado publicável, relevante ou educativo, o que acaba por excluir outras formas de conhecimento e expressão. Assim, a invisibilização de determinados grupos sociais não ocorre necessariamente por repressão direta, mas por mecanismos institucionais de legitimação.

Essa estrutura de funcionamento também afeta profundamente os modos como diferentes grupos sociais são representados nos impressos. Quando certos discursos são sistematicamente privilegiados, cria-se uma narrativa dominante que tende a naturalizar desigualdades históricas e culturais. Conforme distingue El Far (2004), a ausência ou distorção de determinados sujeitos nos materiais impressos não é um acaso, mas resultado de uma lógica editorial que privilegia determinadas perspectivas em detrimento de outras.

Compreender o mercado editorial como um espaço de disputa simbólica permite perceber que a censura cultural está enraizada na própria estrutura de produção do impresso. A organização desse sistema, ao selecionar conteúdos, formatos e vozes legitimadas, contribui para a manutenção de hierarquias culturais e para a invisibilização de grupos historicamente subalternizados, reforçando assim o papel central dos impressos na construção e reprodução das desigualdades sociais.

2.6. COMO OS IMPRESSOS OFICIAIS SILENCIARAM LÍNGUAS, SABERES E HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS

O silenciamento das línguas indígenas por meio dos impressos oficiais deve ser compreendido dentro de um processo histórico mais amplo de imposição cultural, no qual a escrita institucionalizada passou a ocupar o lugar de único meio legítimo de produção e registro

do conhecimento. A língua dominante não apenas se estabelece como meio de comunicação, mas também como instrumento de poder simbólico que organiza hierarquias culturais e epistemológicas. A consolidação desse modelo implicou a marginalização progressiva das línguas indígenas, que foram sendo excluídas dos espaços formais de circulação do saber.

Nesse processo, Certeau (1994) contribui para a compreensão de que os dispositivos institucionais de escrita não são neutros, mas funcionam como estratégias de poder que estruturam o campo da linguagem. Ao definir quais discursos podem ser registrados, ensinados e legitimados, essas instituições estabelecem fronteiras entre o que é considerado conhecimento válido e o que é classificado como oralidade inferior ou ausência de escrita. A escrita oficial atua como mecanismo de organização simbólica da sociedade.

A imposição da língua dominante nos impressos oficiais também se relaciona à construção de um projeto político de uniformização cultural, no qual a diversidade linguística é frequentemente interpretada como obstáculo à integração social. Esse processo contribui para a desvalorização das línguas indígenas, que passam a ser associadas à ideia de atraso ou ausência de civilização, reforçando estereótipos historicamente construídos. A linguagem deixa de ser apenas meio de comunicação e passa a funcionar como marcador de desigualdade social.

A exclusão das línguas indígenas dos registros oficiais implica também a invisibilização dos sistemas de conhecimento associados a essas línguas. Cada língua carrega formas específicas de compreender o mundo, organizar a memória coletiva e transmitir saberes intergeracionais. Quando essas línguas são silenciadas nos impressos, não se perde apenas um código linguístico, mas também uma cosmologia e uma forma de existência social. Esse apagamento é, portanto, simultaneamente linguístico e epistemológico.

Esse processo de silenciamento não ocorre apenas pela proibição explícita do uso das línguas indígenas, mas também pela ausência sistemática de sua representação nos materiais impressos oficiais. Ao não reconhecer essas línguas como legítimas no espaço público e educacional, o Estado e suas instituições reforçam a ideia de que apenas uma forma de linguagem é adequada para a produção do conhecimento. Essa lógica contribui para a naturalização da hegemonia linguística e para a reprodução das desigualdades culturais.

Compreender esse fenômeno a partir de Certeau (1994) permite perceber que o controle da escrita é também controle da memória e da narrativa histórica. Ao determinar quais línguas podem ser registradas e difundidas, os impressos oficiais participam da construção de uma memória seletiva, na qual determinadas vozes são preservadas enquanto outras são sistematicamente apagadas. O silenciamento das línguas indígenas não é um evento isolado, mas parte de uma estrutura histórica de poder que continua a produzir efeitos na contemporaneidade.

Essa hierarquização linguística também é evidenciada quando Chartier (2009) discute a forma como a cultura escrita reorganiza práticas sociais, estabelecendo distinções entre culturas letradas e culturas orais. Os saberes indígenas foram frequentemente deslegitimados por não se adequarem aos padrões da escrita ocidental, sendo classificados como inexistentes ou inferiores nos registros oficiais.

Ao analisar o livro didático como instrumento de formação do imaginário social, Circe Bittencourt (2008a) demonstra que esses materiais historicamente contribuíram para a construção de narrativas homogêneas da história nacional, nas quais os povos indígenas aparecem de forma reduzida, estereotipada ou associada ao passado. Essa representação contribui diretamente para o apagamento de suas línguas e formas próprias de conhecimento.

Darnton (1990) ressalta que os impressos não apenas transmitem informações, mas estruturam formas de pensamento coletivo, influenciando a maneira como a sociedade interpreta sua própria história. Assim, a ausência das vozes indígenas nos circuitos editoriais contribui para a construção de uma memória seletiva, na qual sua presença contemporânea é frequentemente invisibilizada.

Esse processo também pode ser compreendido como uma forma de colonialismo linguístico, como discutem Flávio Rosário e Elenilton Godoy (2025), ao analisarem como a marginalização das línguas indígenas resulta em epistemicídio, isto é, na destruição sistemática de formas diversas de conhecimento e existência cultural.

2.7. HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL E IMPRESSOS

A construção das histórias dos povos indígenas no Brasil, quando mediada pelos impressos oficiais, deve ser compreendida como parte de um processo histórico de seleção e organização do passado que não é neutro, mas atravessado por relações de poder. A própria ideia de história registrada em livros e documentos oficiais está vinculada a disputas de memória, nas quais determinados grupos sociais conseguem impor suas versões como mais legítimas do que outras, conforme analisa Roger Chartier (2009) ao discutir a história como prática de escrita situada socialmente.

Esses impressos, ao longo do processo de formação do Estado nacional, foram fundamentais para consolidar uma narrativa de identidade brasileira baseada em uma perspectiva eurocentrada, na qual os povos indígenas aparecem frequentemente como elementos iniciais de um passado distante. Essa construção histórica não apenas organiza o tempo histórico, mas também define lugares sociais, atribuindo aos indígenas uma posição marginal dentro da narrativa oficial da nação.

Ao serem incorporados nos materiais de ensino e nos livros oficiais, os povos indígenas foram frequentemente representados como grupos em processo de desaparecimento

ou assimilação cultural. Bittencourt (2008b) evidencia que o livro didático de história desempenha papel central na formação dessa visão, pois estrutura o conhecimento escolar a partir de recortes que privilegiam uma história linear e evolutiva, na qual a presença indígena é reduzida a um estágio inicial da civilização.

Essa forma de representação contribui diretamente para a invisibilização da diversidade histórica e contemporânea dos povos indígenas, ao reforçar a ideia de que suas culturas pertencem exclusivamente ao passado. O efeito disso é a construção de uma memória escolar que não reconhece os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, mas como personagens estáticos de uma narrativa já concluída.

Darnton (1987) ajuda a compreender esse processo ao demonstrar que os circuitos de produção do livro são atravessados por interesses políticos, econômicos e institucionais que influenciam diretamente o conteúdo dos impressos. Assim, o que chega aos livros de história não é apenas resultado de pesquisa acadêmica, mas também de mediações editoriais que selecionam o que pode ou não ser publicado.

A história oficial veiculada pelos impressos não deve ser entendida como simples espelho da realidade, mas como construção socialmente situada, resultado de escolhas que envolvem autores, editoras e instituições estatais. Essas escolhas contribuem para reforçar determinadas versões do passado em detrimento de outras, especialmente aquelas produzidas por grupos subalternizados.

El Far (2004) reforça essa perspectiva ao demonstrar que a produção editorial brasileira esteve historicamente vinculada a projetos de formação cidadã e construção da identidade nacional. Esses projetos buscavam estabelecer uma narrativa unificada do país, o que implicou a seleção de conteúdos considerados adequados para a formação moral e cívica da população.

Os povos indígenas foram frequentemente representados de maneira simplificada, ora como símbolos de uma origem distante, ora como obstáculos ao progresso, o que contribuiu para sua exclusão das narrativas históricas mais complexas. Essa simplificação narrativa está diretamente relacionada à função pedagógica e política atribuída aos impressos.

A construção da história nacional por meio dos impressos também está associada ao processo de institucionalização do conhecimento histórico, no qual determinadas versões passam a ser legitimadas como oficiais. A escola e o livro didático desempenham papel central na reprodução dessas narrativas, consolidando uma memória histórica padronizada.

Certeau (1994) contribui para essa análise ao destacar que a escrita da história é sempre atravessada por estratégias institucionais que organizam o que pode ser dito e lembrado. Assim, os impressos oficiais funcionam como instrumentos de seleção da memória, definindo os limites do narrável dentro da sociedade.

Apesar desse cenário de silenciamento, os povos indígenas não podem ser compreendidos apenas como objetos passivos dessas narrativas. Pelo contrário, eles atuam como sujeitos ativos na produção de sentido histórico, reinterpretando, ressignificando e questionando as versões oficiais do passado.

Essas formas de resistência se expressam tanto na manutenção de memórias orais quanto na produção contemporânea de narrativas escritas por autores indígenas, que reconfiguram o campo da história ao trazer perspectivas antes marginalizadas. Essa produção tensiona a hegemonia dos impressos oficiais e amplia o campo da historiografia.

A presença dessas narrativas alternativas evidencia que a história não é um campo fechado, mas um espaço em disputa constante, no qual diferentes sujeitos reivindicam o direito de narrar o passado. Esse movimento desafia a ideia de uma única história nacional e abre espaço para múltiplas temporalidades.

Ao considerar essas dinâmicas, torna-se possível compreender que os impressos não apenas registram a história dos povos indígenas, mas também participam ativamente de sua construção e disputa. Isso implica reconhecer que a escrita da história é um processo político, e não apenas descritivo.

Os livros de história e os materiais impressos desempenham um papel ambíguo, pois ao mesmo tempo em que podem reproduzir apagamentos, também podem ser espaços de contestação e reescrita da memória coletiva. Essa ambiguidade é central para compreender as disputas em torno da representação indígena.

A análise de Circe Bittencourt (2008b) reforça que o ensino de história, mediado pelos livros didáticos, não é neutro, mas constitui um campo de formação de consciências históricas. Isso significa que as representações dos povos indígenas influenciam diretamente a forma como a sociedade compreende sua própria formação.

Darnton (1987) amplia essa compreensão ao demonstrar que o livro é resultado de uma cadeia complexa de produção cultural, na qual decisões editoriais impactam diretamente a circulação das ideias. A história dos povos indígenas nos impressos é sempre mediada por interesses e seleções institucionais.

Chartier (2009) permite concluir que essas narrativas devem ser analisadas como construções culturais situadas, e não como representações objetivas do passado. Isso abre espaço para compreender a história como campo de disputa interpretativa.

Certeau (1994) possibilita reconhecer que, mesmo diante das estruturas de poder que organizam os impressos, existem práticas de resistência que reinventam o uso da história e da escrita. Os povos indígenas continuam produzindo suas próprias formas de narrar o passado, tensionando e ampliando os limites da historiografia oficial.

2.8. HISTÓRIAS DOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS E IMPRESSOS

A construção das histórias dos povos indígenas do Amazonas por meio dos impressos oficiais deve ser compreendida como um processo marcado por mediações externas que frequentemente desconsideram os contextos culturais, sociais e linguísticos dessas populações. Nesse cenário, as narrativas produzidas em livros, relatórios administrativos e materiais escolares tendem a refletir mais os interesses institucionais de quem escreve do que as experiências vividas pelos próprios povos indígenas, o que contribui para a formação de representações parcializadas e, muitas vezes, estereotipadas, conforme problematiza Chartier (2009) ao discutir as condições sociais de produção e circulação dos discursos históricos.

Ao analisar esse processo no contexto amazônico, observa-se que a escrita da história não ocorre de forma neutra, mas está inserida em redes de poder que determinam quais vozes serão ouvidas e quais serão silenciadas. Chartier (2009) exemplifica que a circulação dos textos depende de instituições que legitimam determinados saberes, o que resulta em desigualdades na construção da memória histórica. No caso da Amazônia, isso significa que muitas narrativas indígenas foram registradas a partir de perspectivas externas, frequentemente descoladas da realidade vivida pelas comunidades locais.

Essa dinâmica de construção narrativa também pode ser observada no campo educacional, onde os materiais didáticos tendem a apresentar uma visão homogênea da história nacional. Bittencourt (2008a) evidencia que o saber escolar frequentemente privilegia uma narrativa unificada do Brasil, o que reduz a complexidade regional e apaga as especificidades dos povos indígenas amazônicos. Como exemplo, conteúdos escolares muitas vezes apresentam a Amazônia apenas como espaço de “descobrimento” ou “ocupação”, ignorando a longa história de ocupação indígena anterior e contínua.

Essa uniformização narrativa contribui para a construção de uma imagem simplificada dos povos indígenas da região, que são frequentemente retratados como grupos homogêneos, desconsiderando sua diversidade linguística, cultural e histórica. Esse processo reforça a ideia de uma história linear e evolutiva, na qual os povos indígenas aparecem apenas como elementos do passado ou como obstáculos ao desenvolvimento, o que limita a compreensão de suas dinâmicas sociais contemporâneas.

No campo da produção editorial, Darnton (1990) destaca que os impressos fazem parte de redes culturais complexas que envolvem autores, editores, instituições e leitores, sendo influenciados por interesses políticos e econômicos. No contexto amazônico, isso significa que as narrativas produzidas sobre os povos indígenas muitas vezes refletem perspectivas externas, elaboradas em centros urbanos ou institucionais distantes, o que contribui para a construção de representações descontextualizadas.

Essas representações externas frequentemente ignoram os modos próprios de organização social e de produção de conhecimento dos povos indígenas da Amazônia, privilegiando categorias analíticas ocidentais. Como resultado, os impressos acabam por traduzir a realidade indígena a partir de parâmetros que não correspondem às suas próprias formas de entendimento do mundo, reforçando assim processos de distorção cultural e histórica.

Nesse cenário, Certeau (1994) contribui para a compreensão de que, apesar da centralidade da escrita impressa como instrumento de poder, os povos indígenas amazônicos mantêm formas próprias de produção e transmissão de memória baseadas na oralidade. Essas práticas não devem ser vistas como ausência de escrita, mas como sistemas complexos de organização do conhecimento, nos quais narrativas, cantos, rituais e práticas comunitárias desempenham papel central na preservação da história.

A oralidade, funciona como um espaço de resistência frente à hegemonia dos impressos, permitindo que as comunidades mantenham vivas suas memórias e reinterpretam suas experiências históricas a partir de suas próprias categorias culturais. Esse processo evidencia que a história não está restrita aos registros escritos oficiais, mas também se constrói em práticas cotidianas de transmissão intergeracional.

Essa perspectiva é reforçada por Maher (2022), ao destacar que as línguas indígenas da Amazônia continuam sendo fundamentais para a resistência cultural e para a manutenção dos sistemas de conhecimento tradicionais. As línguas não são apenas instrumentos de comunicação, mas estruturas que organizam a forma como os povos indígenas compreendem o mundo, a natureza e suas relações sociais.

Quando essas línguas são apagadas ou marginalizadas nos impressos oficiais, ocorre não apenas uma perda linguística, mas também uma redução significativa das possibilidades de registro e transmissão de saberes. Esse processo evidencia que o silenciamento linguístico está diretamente relacionado ao silenciamento histórico e cultural das populações indígenas amazônicas.

A ausência de representações adequadas nos impressos contribui para a manutenção de estereótipos que influenciam a percepção social sobre os povos indígenas da região. Esses estereótipos são frequentemente reproduzidos em livros didáticos e materiais institucionais, reforçando imagens cristalizadas que não correspondem à diversidade real dessas populações.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que os povos indígenas da Amazônia não são apenas objetos dessas representações, mas sujeitos ativos na produção de suas próprias narrativas históricas. Suas práticas de memória, combinadas com formas contemporâneas de produção escrita, vêm desafiando as narrativas oficiais e ampliando o campo da historiografia.

A análise dos impressos em relação às histórias dos povos indígenas do Amazonas revela um campo de tensões entre apagamento e resistência, entre representação externa e produção interna de memória. Chartier (2009), Bittencourt (2008a), Darnton (1990), Certeau (1994) e Maher (2022) permitem compreender que essas histórias não são fixas, mas resultado de disputas contínuas sobre quem tem o direito de narrar o passado e definir os sentidos da história.

2.9. RESISTÊNCIA INDÍGENA E REAPROPRIAÇÃO DA CULTURA ESCRITA

A resistência indígena frente aos processos históricos de silenciamento editorial pode ser compreendida como um movimento complexo que não se limita à oposição direta aos sistemas dominantes, mas que envolve também a capacidade de apropriação e ressignificação da cultura escrita. Nesse contexto, Michel de Certeau (1994) contribui ao demonstrar que os sujeitos subalternizados não são meramente receptores passivos das estruturas de poder, mas agentes que desenvolvem práticas criativas de uso dos sistemas impostos, transformando-os a partir de suas próprias experiências culturais e sociais. A escrita e os impressos, ainda que originalmente vinculados a projetos coloniais, passam a ser reapropriados de maneiras diversas.

Essa reapropriação se manifesta na forma como os povos indígenas passam a utilizar a escrita como ferramenta de afirmação identitária, produção de memória e fortalecimento de suas narrativas próprias. Ao invés de rejeitar completamente a cultura escrita, muitos grupos indígenas incorporam seus elementos de forma seletiva, articulando-os com suas tradições orais e sistemas de conhecimento. Chartier (2009) reforça que os leitores não são sujeitos passivos, mas agentes ativos na construção de sentidos, o que implica reconhecer que a leitura indígena dos impressos pode produzir interpretações próprias e não subordinadas às intenções originais dos textos.

Essa dinâmica também pode ser observada no campo educacional e editorial, onde historicamente os materiais escolares contribuíram para a construção de representações estereotipadas ou reduzidas dos povos indígenas. Circe Bittencourt (2008b) destaca que o livro didático desempenhou papel central nesse processo de apagamento, ao estruturar narrativas que frequentemente marginalizam a presença indígena ou a limitam ao passado. No entanto, a autora também aponta que, nas últimas décadas, surgem novas produções que buscam incluir perspectivas indígenas, ainda que essas mudanças ocorram de forma gradual e em constante disputa com modelos hegemônicos consolidados.

Esse cenário de transformação está diretamente relacionado à ampliação das redes editoriais e intelectuais que possibilitam maior circulação de autores indígenas no espaço acadêmico e cultural. José Luis Diego (2020) evidencia que essas redes contemporâneas têm desempenhado papel fundamental na reconfiguração do campo editorial latino-americano,

permitindo que vozes antes marginalizadas passem a ocupar espaços de maior visibilidade. Esse movimento não apenas amplia a diversidade de narrativas, mas também tensiona as estruturas tradicionais de produção do conhecimento.

A presença crescente de autores indígenas no campo editorial contribui para a construção de novas epistemologias, nas quais a escrita deixa de ser apenas um instrumento de registro externo e passa a ser também um espaço de afirmação cultural e política. Esse processo implica uma transformação profunda nas relações entre oralidade e escrita, uma vez que não se trata de substituição, mas de articulação entre diferentes formas de conhecimento. Nesse sentido, Maher (2022) destaca que as línguas indígenas desempenham papel central na manutenção das identidades culturais e na transmissão de saberes, funcionando como pilares da resistência simbólica.

Além disso, Kuzmin (2020) evidencia que políticas de preservação linguística são fundamentais para garantir a continuidade das línguas indígenas em contextos marcados por processos históricos de apagamento. Essas políticas não apenas protegem o patrimônio linguístico, mas também fortalecem a autonomia dos povos indígenas na produção de seus próprios registros escritos e digitais. A resistência indígena também se manifesta na luta por reconhecimento institucional de suas línguas e formas de expressão.

A articulação entre práticas tradicionais de oralidade e o uso estratégico da escrita evidencia que a resistência indígena não é um processo de rejeição da modernidade, mas de reconfiguração crítica dos instrumentos culturais disponíveis. A escrita passa a ser apropriada como ferramenta de luta política, memória e afirmação identitária, sem que isso implique o abandono das formas tradicionais de transmissão do conhecimento. Essa coexistência entre diferentes sistemas de saber demonstra a complexidade das estratégias indígenas de resistência.

A análise desse processo permite compreender que a reapropriação da cultura escrita pelos povos indígenas não se limita ao campo simbólico, mas possui implicações concretas na disputa por reconhecimento social, político e epistemológico. Ao ocupar o espaço editorial e acadêmico, os povos indígenas desafiam as estruturas históricas de silenciamento e ampliam as possibilidades de produção de conhecimento. Conforme indicam Certeau (1994), Chartier (2009), Bittencourt (2008b), Diego (2020), Maher (2022) e Kuzmin (2020), a resistência indígena deve ser compreendida como um movimento contínuo de reinvenção, no qual a escrita é transformada em instrumento de afirmação e não apenas de dominação.

3. CONCLUSÃO

A análise das políticas editoriais e dos impressos oficiais evidencia que a produção e a circulação da cultura escrita estiveram historicamente vinculadas às relações de poder que estruturaram a formação do Estado e da sociedade brasileira. Livros, legislações, catecismos,

relatórios administrativos e materiais escolares não apenas registraram acontecimentos, mas participaram ativamente da construção de narrativas que legitimaram projetos de colonização, assimilação cultural e controle social. Os povos indígenas foram frequentemente representados por meio de estereótipos que os associavam à ideia de atraso, selvageria ou necessidade de civilização, enquanto suas próprias formas de conhecimento eram desqualificadas ou invisibilizadas.

O silenciamento promovido pelos impressos oficiais atingiu especialmente as línguas indígenas, os sistemas de transmissão oral, as cosmologias, os conhecimentos ambientais e as memórias históricas dos povos originários. Ao privilegiar a língua e os referenciais culturais do colonizador, as políticas editoriais contribuíram para o apagamento de patrimônios linguísticos e epistemológicos fundamentais para a diversidade cultural brasileira. Esse processo não representou apenas uma exclusão documental, mas também uma forma de censura cultural que limitou a presença das narrativas indígenas nos espaços de legitimidade da cultura escrita.

O estudo também demonstra que o silenciamento nunca foi absoluto. Apesar das tentativas de controle e apagamento, os povos indígenas preservaram suas histórias, saberes e identidades por meio da oralidade, das práticas comunitárias e das múltiplas formas de resistência cultural. Nas últimas décadas, a ampliação da produção editorial indígena, o fortalecimento da autoria indígena, a revitalização linguística e as iniciativas de preservação documental vêm contribuindo para a reconstrução de memórias historicamente marginalizadas e para a afirmação de perspectivas próprias sobre a história e a cultura dos povos originários.

Compreender o papel dos impressos oficiais na construção das narrativas coloniais é fundamental para problematizar as formas pelas quais o poder atuou sobre a memória coletiva e sobre a circulação do conhecimento. Mais do que denunciar mecanismos históricos de censura, esse debate permite reconhecer a necessidade de ampliar os espaços de participação indígena na produção editorial, na educação e na preservação do patrimônio cultural. A valorização das línguas, dos saberes e das histórias indígenas constitui, portanto, não apenas um exercício de revisão historiográfica, mas também um compromisso com a pluralidade cultural, a justiça histórica e o fortalecimento de uma sociedade verdadeiramente democrática e intercultural.

REFERENCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes**. Ensino de história: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Coleção docência em formação. Série ensino fundamental.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910).** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Coleção História da Educação.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa.** Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CUSHMAN, Ellen. **Seeking Indigenous Data Sovereignty in the Age of Data Scraping: The Digital Archive of Indigenous Language Persistence (DAILP).** *Written Communication*, v. 43, n. 3, 2026. DOI: https://doi.org/10.1177/07410883261440225.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime.** Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. ISBN 85-7164-108-0.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna, oito ensaios.** Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Coleção Oficinas da História.

DIEGO**,** José Luis de. **Leitores, editores e redes intelectuais na América Latina.** Tradução de Ana Elisa Ribeiro e Sérgio Karam. Belo Horizonte: Moinhos; Contafios, **2020.** ISBN 978-65-5681-024-9.

EL FAR, Alessandra. **A disseminação do livro popular nas últimas duas décadas do século XIX e a trajetória editorial de Pedro Quaresma, proprietário da Livraria do Povo.** In: I SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: FCRB: UFF/PPGCOM: UFF/LIHED, 2004.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro.** Tradução de Fulvia M. L. Moretto; Guacira Marcondes Machado. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun.** Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998. Coleção Primas. 160 p. Título original: Le livre en révolutions: entretiens avec Jean Lebrun. 1977.

KUZMIN, Evgeny. **Policies for preservation of indigenous languages: authors and responsibilities.** *Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 238-264, 2020. DOI: https://doi.org/10.35520/diadorim.2020.v22n1a32654.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Lições de historia do Brazil: para uzo dos alumnos do Imperial**. Collegio de Pedro Segundo. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, de J. M. N. Garcia, 1861.

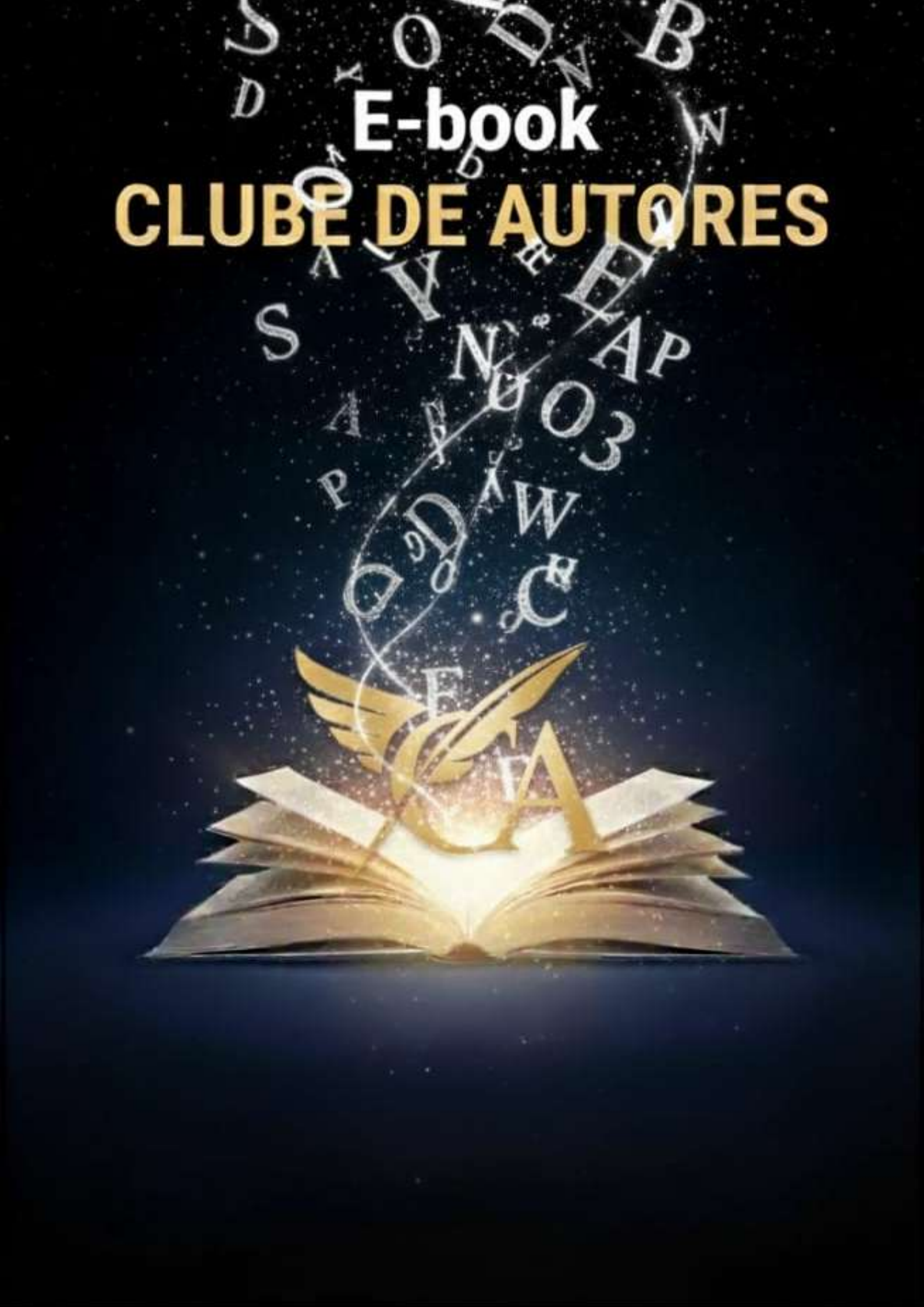
MAHER, Terezinha de Jesus Machado. **A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada.** *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 38, n. 4, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-460X202259462.

MAN, John. **A revolução de Gutenberg.** Tradução de Marco Antônio Oliveira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

OLIVEIRA, Thiago Pires; CERON, Yenifer Marcela Muñoz. **Law, public policy, and cultural diversity: policies of co-officialization of indigenous languages in combating linguistic prejudice.** *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, 2025. DOI: https://doi.org/10.5007/2177-7055.2025.e108373.

ROSÁRIO, Flávio; GODOY, Elenilton Vieira. **Linguistic colonialism, epistemicide and ethno-racial relations: the marginalization of Indigenous and African languages.** *Educational Practices, Memories and Oralities*, v. 8, 2025. DOI: https://doi.org/10.47149/pemo.v8.e16083.

SOUZA, Karla Alessandra Alves de; NAZARENO, Elias. **Experiências indígenas com a escrita: apropriação, impasses, desafios e possibilidades: educação intercultural e A queda do Céu.** *Articulando e Construindo Saberes*, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: https://doi.org/10.5216/racs.v5i.62341.


E-book
CLUBE DE AUTORES